

A PARCERIA ESTRATÉGICA AMÉRICA LATINA-CHINA: UMA ALTERNATIVA À HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS?

SOLANGE DIAS DA SILVA¹

OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo resgatar a discussão sobre a influência hegemônica dos Estados Unidos na América Latina e oferecer uma visão alternativa para a região a partir da construção de uma parceria político-econômica com a República Popular da China.

A relevância da visão alternativa está na coordenação de interesses dos países latino-americanos com a China, a maior economia dentre os países em desenvolvimento e um ator de forte influência política no cenário internacional.²

Assim sendo, será apresentada uma retrospectiva histórica da relação da América Latina com os Estados Unidos e com a China, bem como a caracterização dos desafios e oportunidades na construção desta parceria.

1. Histórico das relações entre Estados Unidos e América Latina

Segundo OLIVA, a relação dos Estados Unidos com os demais países da América Latina e Caribe caracteriza-se por assimetrias. Os contrastes da América Latina em relação aos Estados Unidos estão presentes na identidade cultural latino-americana e nas relações político econômicas.

¹ Pesquisadora do Geap-PUC/SP.

² A China exerce influência política no sistema internacional por ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O ideal norte-americano fundamentado pelos “pais fundadores”, pautou-se pelo Destino Manifesto, ou seja, aos Estados Unidos fora dada a missão de nação predestinada à promover sua cultura e seus valores (tais como: a prosperidade, a liberdade e o desenvolvimento) às nações mais atrasadas. Neste sentido, por ser a “nação eleita”, OLIVA constata que “...el presupuesto esencial que ha servido para articular las politicas de Estados Unidos hacia América Latina y el Caribe es la imposición de um sistema de dominación hemisférica.”³

Ao longo da história, a subordinação da América Latina e Caribe aos Estados Unidos foi construída de forma gradativa. A percepção e as prioridades dos Estados Unidos em relação à América Latina foram determinadas tendo em vista os interesses nacionais norte-americanos. A relação entre esses atores foi fundamentada não por princípios de política externa, mas pelo pragmatismo. Com disso, constituiu-se uma visão depreciativa por parte dos Estados Unidos em relação à América Latina, a qual pode ser constatada por diversos autores.⁴

Para POPE ATKINS, a trajetória das doutrinas políticas dos Estados Unidos para a América Latina foram baseadas essencialmente nas questões de segurança estratégica e comércio regional. Na visão do autor, a orientação dos Estados Unidos para a América Latina fundamentou-se no conceito da chamada “Doutrina das duas esferas”, segundo o qual o hemisfério ocidental estava separado da Europa e tinha seus próprios interesses.

Segundo OLIVA, as relações entre Estados Unidos e América Latina caracterizam-se em cinco etapas:

1ª. Etapa: Pré-Hegemônica (final do século XVIII e início do século XIX)

Neste período em que os Estados Unidos buscaram a expansão territorial e a consolidação de suas fronteiras.⁵ Na fase pré-hegemônica havia a preocupação constante dos Estados Unidos em conter os colonizadores europeus (principalmente os espanhóis), que desejavam restaurar seu império no Novo Mundo, arregimentando apoio militar da Santa Aliança.

³ pp. 236.

⁴ Schoultz exemplifica tal visão através dos escritos de John Quincy Adams, secretário de estado norte-americano do Presidente Monroe. Para Quincy Adams o povo da América Latina era o mais ignorante de todos os católicos romanos.

⁵ Eventos históricos importantes que caracterizaram tal período foram: a Guerra Secessão (1862/65) e a Guerra

Para evitar tal dominação e, enfatizando a segurança hemisférica regional, os Estados Unidos estabeleceram, em 1823, a política externa denominada “Doutrina Monroe”.

POPE ATKINS aponta que o foco de tal doutrina era o desejo norte-americano de limitar a ameaça externa e influência européia nas Américas. Para o autor, tal doutrina pode ser considerada como a essência da política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina por muitos séculos.

2ª. Etapa: Ajuste hegemônico (1898-1945)

Fase em que os Estados Unidos impuseram sua hegemonia no hemisfério ocidental. As iniciativas norte-americanas para a unificação dos países ocidentais se desenvolveram a partir da I Conferência Pan-Americana (1898) em Washington.⁶

OLIVA salienta também que políticas mais agressivas foram adotadas, como a política do “Big Stick” ou grande porrete, do então presidente Theodore Roosevelt. Implementada em 1904, esta linha de política externa inaugurou a fase de intervenções norte-americanas na América Latina e Caribe, a fim de manter a ordem, a estabilidade e evitar ameaças externas na região.⁷

Paradoxalmente, a política externa norte-americana pós Crise da Bolsa de Valores de Nova York (1929) contrastou significativamente com o período anterior. O Presidente Hoover repudiou o Corolário Roosevelt e a Doutrina Monroe e adotou a “Política da Boa Vizinhança”. Nesta fase houve a retirada das tropas norte-americanas das áreas ocupadas e, segundo POPE ATKINS, houve o aumento da cooperação Estados Unidos-América Latina através de negociações diplomáticas bilaterais.

3ª. Etapa: Consolidação Hegemônica (1945/1969)

Hispano-Americana (1898).

⁶ Para POPE ATKINS, a I Conferência Pan-Americana inaugurou políticas voltadas aos interesses dos Estados Unidos. Inicia-se a partir destas conferências o movimento Pan-Americano, cujo objetivo era promover o comércio hemisférico e a resolução pacífica de disputas regionais.

⁷ Tal política foi também conhecida como “Corolário Roosevelt” à Doutrina Monroe. Através dela, os Estados Unidos faziam uso de instrumentos coercivos, invasão armada e ocupação militar em diversos países tais como: San Domingo, Cuba, Panamá, Honduras, Haiti, México e Nicarágua.

Nos anos Pós II Guerra Mundial, inicia-se a Guerra Fria⁸ e os Estados Unidos emergem como potência mundial. Os primeiros fatos que marcaram o início da Guerra Fria na América Latina foram: a criação do Sistema Interamericano e a reação dos Estados Unidos contra a Revolução Cubana.⁹

A criação da Organização dos Estados Americanos (1948) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947) contribuíram para a institucionalização da hegemonia dos Estados Unidos em relação à América Latina. Nesta fase, a América Latina passou a ser prioridade na política externa dos Estados, tendo em vista que a Guerra Fria fragmentou o mundo em de zonas de influências entre os blocos antagônicos.

No início dos anos 60, a criação da Aliança para o Progresso¹⁰ visava a uma ação continuada dos Estados Unidos na América Latina para a manutenção de seu espaço político regional. Para evitar a ascensão de movimentos nacionalistas de cunho ideológico (Marxista-Leninista) como ocorrera em Cuba, os Estados Unidos lançaram o “Plano Eisenhower”, que tinha como objetivo aumentar a ajuda financeira aos países latino-americanos e fortalecer a Aliança para o Progresso. No entanto, a preocupação com Cuba aumenta e, em 1962, ocorre a crise dos mísseis entre os Estados Unidos e a União Soviética, chegando tal conflito à iminência de uma guerra nuclear.

Os anos seguintes caracterizam-se por golpes militares em diversos países da região¹¹ que estabelecem um alinhamento político automático com os Estados Unidos.

4ª. Etapa: Erosão da hegemonia dos Estados Unidos (1969-1990)

Os anos 70 foram marcados por grandes crises econômicas internacionais, principalmente

⁸ Caracterizada pela disputa ideológica e pela bipolaridade antagônica dos sistemas Capitalista (liderado pelos Estados Unidos) e Socialista (liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

⁹ A Revolução Cubana, iniciada em 1959, foi considerada por muitos autores como um caso atípico na América Latina. Liderada por Fidel Castro, tal revolução era contra o imperialismo norte-americano e foi direcionada pela via socialista. O regime ditatorial cubano permanece até os dias atuais.

¹⁰ Estabelecia uma política de desenvolvimento para América Latina, exceto Cuba. A Aliança para o Progresso era o contraponto da Organização Pan-Americana, do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, que visava a integração latino-americana.

¹¹ Tais como : o Brasil, a Argentina e a Bolívia.

devido aos choques do petróleo. Ocorreram na América Latina diversos processos revolucionários e nacionalistas inaugurando uma fase de conflitos e a retomada das intervenções por parte dos Estados Unidos na região.¹²

Aparentemente, em termos tecnológicos e militares, a União Soviética superava os Estados Unidos na corrida nuclear e avançava o processo expansionista. POPE ATKINS aponta que o equilíbrio de poder buscado na política externa de Henry Kissinger, principalmente nas administrações dos presidentes Nixon e Ford, ajudou explicar a baixa prioridade na política externa dos Estados Unidos para América Latina. Para o autor, os Estados Unidos assumiram a manutenção do Sistema Interamericano apenas sob o aspecto de “polícia regional”, concentrando seus esforços em outras áreas do mundo.

A Era Reagan reforçou os conflitos leste-oeste e tentou conter o expansionismo soviético. Novamente, a América Central passa a ser palco da Guerra Fria, trazendo hostilidades e novas intervenções militares nore-americanas em Cuba, Nicaraguá e El Salvador. No entanto, devido aos regimes militares na região e violação dos Direitos Humanos no Cone Sul¹³, a crise da dívida externa latino-americana dos anos 80 e a questão do narcotráfico, os Estados Unidos tiveram que repensar seu papel hegemônico na América Latina.

¹² Além de Cuba, o governo Marxista de Salvador Allende no Chile (1970) desafiava a hegemonia norte-americana na América Latina. Outros desafios enfrentados pelos Estados Unidos na região foram: questões de limites com o México, a nacionalização de propriedades norte-americanas no Peru e o tratado do Canal do Panamá.

¹³ Principalmente na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

5ª. Etapa: A recomposição e o ajuste hegemônico (1990 / até os dias atuais)

No início dos anos 90, devido à desintegração da União Soviética, o fim da Guerra Fria e o processo de globalização financeira, as relações interamericanas passaram por profundas transformações.

Na era Bush (pai), os Estados Unidos começaram a buscar um novo ajuste hegemônico e propuseram a integração latino-americana. O foco da política externa norte-americana para a América Latina nessa época estava no lançamento da Iniciativa das Américas, cujo objetivo central era a criação de um mercado livre desde a Terra do Fogo até o Alasca¹⁴.

Durante os anos 90, face ao impasse do subdesenvolvimento, as idéias do Consenso Washington¹⁵ e do neoliberalismo econômico levaram os países latino-americanos às reformas estruturais. No entanto, a implementação de políticas neoliberais na América Latina só reforçou a estagnação econômica da região.

Atualmente, o debate sobre a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pode ser considerado como uma retomada do Pan-Americanismo, sob a forte influência dos Estados Unidos. Entretanto, trata-se de uma visão unilateral e hegemônica que contempla os interesses políticos e, principalmente os interesses econômicos norte-americanos, isso porque hoje, os Estados Unidos são um país que oferecem diversas barreiras de acesso ao seu mercado de produtos latino-americanos¹⁶.

As questões que permeiam o “olhar a América Latina” para os Estados Unidos estão ainda relacionadas à segurança hemisférica¹⁷ e às novas demandas da agenda internacional, como o meio-ambiente¹⁸. Porém, no atual cenário econômico globalizado não há mais a vocação norte-americana

¹⁴ A primeira iniciativa concreta nesse sentido foi a criação do NAFTA (North-American Free Trade Agreement – Acordo de Livre Comércio das Américas) que entrou em vigor em 1994 e tem como países-membros os Estados Unidos, Canadá e México.

¹⁵ O Consenso de Washington foi o receituário do neoliberalismo econômico imposto pelos organismos financeiros internacionais (sob forte influência dos Estados Unidos) aos países em desenvolvimento para a realização de seus ajustes estruturais através dos fundamentos do mercado, quais sejam: o Estado mínimo, privatizações de empresas públicas, desregulamentação dos mercados financeiros e abertura de mercados.

¹⁶ Tais barreiras são: tarifárias, subsídios, medidas fitosanitárias e direitos compensatórios.

¹⁷ Como é o caso do narcotráfico, daí a implementação o Plano Colômbia e a preocupação dos Estados Unidos com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

¹⁸ No caso do Brasil, a questão Amazônica é de enorme interesse para os Estados Unidos.

para promover o desenvolvimento da América Latina, já que a região não é mais uma zona de influência como ocorrera durante a Guerra Fria.

Ainda assim, constata-se que, embora não haja polaridades definidas no Pós Guerra Fria, os Estados Unidos continuam a exercer um papel hegemônico na América Latina.

2. Quais as alternativas para a América Latina à hegemonia norte-americana ?

O projeto para o século XXI “New American Century”¹⁹ foi constituído a partir da visão do centro hegemônico norte-americano e constata que a civilização ocidental chegou ao seu esplendor, não existindo mais inimigos sistêmicos. Dessa forma, segundo a visão neoconservadora dos formuladores da política externa norte-americana, todos os países devem convergir para o centro, ou seja, para o capitalismo democrático e liberal, aos moldes do ideal federalista e missionário dos pais fundadores dos Estados Unidos.

Scholars como FUKUYAMA defendem que para manter o “império” norte-americano, os Estados Unidos devem evitar erros que levaram outros impérios à decadência. Na visão FUKUYAMA, a derrota da União Soviética e a vitória do capitalismo, estabelece a democracia e o livre mercado como dogmas, pois hoje não há mais inimigos sistêmicos. Nesse sentido, a resolução das contradições do sistema, não passa por rupturas políticas, mas pela lógica do próprio sistema. Assim sendo, para o autor, a visão consensual é a visão hegemônica norte-americana.

Para autores como HARDT e NEGRI, o império contemporâneo se municia de elementos do projeto constitucional dos Estados Unidos, com sua tradição de identidades híbridas e fronteiras em dilatação²⁰.

Por isso, cabe-nos a seguinte reflexão: existe hoje uma agenda alternativa para a América Latina em relação à hegemonia dos Estados Unidos? Existe a possibilidade da região superar o

¹⁹ O fortalecimento político dos Estados Unidos no sistema internacional, defendido pelos neoconservadores, diz respeito aos seguintes princípios globais:: aumento de gastos com a defesa dos Estados Unidos, fortalecimento dos laços democráticos (luta contra valores anti-americanos), promoção da liberdade política e principalmente destaca a responsabilidade dos Estados Unidos em preservar a ordem internacional. (ver: <http://www.newamericancentury.org/>).

²⁰ Segundo os autores, “... a realização da nação imperial de soberania foi um longo processo que se desenvolveu em diferentes fases da história Constitucional dos Estados Unidos”. (pp.186)

subdesenvolvimento e a dependência em relação aos Estados Unidos? Considerando-se o histórico da relação América Latina-Estados Unidos, quais são as alternativas à hegemonia norte-americana? Há que se aperfeiçoar o sistema ou há outras visões para se repensar a América Latina de forma mais abrangente, fora da lógica norte-americana?

A reflexão sobre as alternativas para a América Latina remete ao debate sobre os fatores determinantes do imperialismo e da dependência estrutural da região, principalmente na fase do Capitalismo Monopolista.

O Imperialismo

Segundo AYERBE “.... analisando a economia política da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, a caracterização do fenômeno do imperialismo assume especial relevância”.²¹

Tanto para Lênin quanto para Rosa Luxemburgo, o Capitalismo Monopolista precisava se expandir, promovendo assim a busca por mercados para gerar a acumulação do capital. Os países centrais disputavam os mercados mundiais e as fontes de fornecimento de matérias-primas, gerando a dependência externa das antigas colônias²².

Embora não haja apenas o enfoque das relações econômicas entre Estados Unidos e América Latina, tal abordagem focaliza também a questão da dependência estrutural.

A dependência estrutural

Conforme CARDOSO e FALLETO, o desenvolvimento Capitalista na América Latina se deu de forma dependente e associado ao capital internacional. O estado como empreendedor, aliado ao capital nacional e, primordialmente, ao capital internacional, gerou dinamismo no setor exportador, ocasionou a expansão para fora e desestimulou sobremaneira o mercado interno das economias latino-americanas.

Os investimentos estrangeiros em setores públicos e de infra-estrutura - cujo predomínio

²¹ pp. 59.

inicialmente foi da Grã Bretanha - foram gradativamente sendo substituídos pelos Estados Unidos.

Ao âmbito comercial, as relações estruturais centro-periferia geraram a deterioração dos termos de troca²³, direcionando os países periféricos a trocas desiguais e ao subdesenvolvimento.

Diante das limitações impostas à América Latina pelo imperialismo pela dependência estrutural²⁴ e, fundamentalmente, pela incapacidade dos atores regionais de superarem seu desenvolvimento tardio, quais as alternativas quanto à hegemonia norte-americana ?

Diversos formuladores de política externa para América Latina têm refletido sobre essa questão e verifica-se um amplo espectro de abordagens. Cabe destacar, entretanto, que ao longo de sua história, a América Latina tem adotado políticas de alinhamento político total em relação aos Estados Unidos²⁵, não ocorrendo momentos de ruptura política em relação àquele país, exceto em Cuba, como já citado anteriormente.

Um exemplo emblemático de política externa latino-americana de alinhamento total aos Estados Unidos foi a abordagem do realismo periférico de ESCUDÉ, mentor ideológico do ex-presidente Carlos Menén. Na visão de ESCUDÉ, a Argentina sempre foi um estado débil perante aos Estados Unidos e - visando o apoio dos Estados Unidos para o seu desenvolvimento econômico - se propôs a prestar favores à potência hegemônica.²⁶ No entanto, a adoção da política externa de total alinhamento aos norte-americanos não trouxe dividendos políticos significativos para a Argentina .

HOBBSAWN também considera que a maior parte da América Latina sempre reconheceu estar inserida no contexto da dependência “neocolonial” de um único poder dominante e que,

²² Embora as ex-colônias tenham se tornado estados independentes politicamente, estas fazem parte da periferia do sistema Capitalista, enquanto países subdesenvolvidos e dependentes ao capital externo.

²³ Raul Prebisch, teórico da CEPAL (Comissão Especial para a América Latina), conceituou que as matérias-primas exportadas pelas economias periféricas, como as economias latino-americanas, cada vez mais eram desvalorizadas no mercado internacional, ocasionando assim uma troca desigual.

²⁴ Nesse sentido, os Estados Unidos ainda exercem forte influência econômica regional, pois tem a maior economia do planeta e como tal exerce também um papel preponderante no que se refere aos fluxos de capitais, bem como nas instituições financeiras multilaterais (tais como: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) que, em certa medida, determinam a vulnerabilidade externa da América Latina.

²⁵ Tais políticas foram implementadas principalmente durante o período em que a América Latina esteve sob o regime militar onde a barganha política capitalizou recursos para a região.

²⁶ Algumas ações tomadas pela Argentina que visaram a melhoria do seu relacionamento com os Estados Unidos foram: a desativação do plano argentino de construção de mísseis com o Iraque, a saída da Argentina do movimento dos Não-

portanto, os latino-americanos se posicionaram de acordo com as idéias de Washington.

Entretanto, há também visões críticas à hegemonia norte-americana, as quais podemos chamar de “visões alternativas”²⁷.

PETRAS, um autor da esquerda latino-americana, defende a ascensão de grupos como as FARC na Colômbia ou mesmo o movimento Zapatista no México, como forma dar voz àqueles atores que não a tem. SANCHES, ao contrário de PETRAS, defende a desterritorialidade do capital e do aumento do espaço de inclusão através das microrrevoluções por parte dos estados.

Constata-se portanto, que a América Latina tem uma relação de interdependência desigual em relação ao Estados Unidos e que a alternativa para a região sair do círculo vicioso de economia ineficiente e “déficit de poder” em relação à potência hegemônica pode ser visualizada num mundo globalizado através da construção de parcerias estratégicas com outros atores.

3. A China como parceiro estratégico

A China é hoje a maior economia dentre os países em desenvolvimento. Enquanto a América Latina vive décadas de estagnação econômica e constantes crises financeiras, a China tem apresentado as maiores taxas de crescimento econômico de todo o mundo.

GILPIN destaca que o modelo chinês de desenvolvimento econômico é recomendado aos outros países que têm por objetivo escapar do “jogo totalizante” do atual estágio ao capitalismo internacional²⁸. A estratégia de desenvolvimento chinês se deu através da abertura para investimentos ocidentais, buscando a transferência tecnológica e ampliando seu comércio global.

Segundo REISS, a construção de uma parceria estratégica entre a China e a América Latina era também visualizada pelo líder chinês Deng Xiaoping que declarou: “... China and Latin America would work together to set an example of South-South co-operation. The basics for this

Alinhados, o apoio dos Estados Unidos na guerra do Golfo, o questionamento do regime de Fidel Castro, etc.

²⁷ Movimentos sociais tais como: o Fórum Social Mundial e protestos das organizações não governamentais em Seattle, reivindicaram uma maior inserção internacional de outros atores fora da órbita norte-americana.

²⁸ GILPIN ressalta que “... os chineses comprometeram-se com o desenvolvimento autônomo, planejando modernizar a sua economia fora da estrutura da economia capitalista global, mobilizando seu próprio capital e criando sua própria tecnologia. A industrialização chinesa se basearia em técnicas intensivas em trabalho, dirigidas para um mercado de

co-operation such as establishment of joint ventures, preferential prices, and transfer of technology are already part of Sino-Latin American relations and benefit the economic development of both partners, serving as a true example for international interaction” .²⁹

No entanto, para se avaliar quais seriam os desafios e as oportunidades para a construção de uma parceria entre a América Latina e a China, como uma alternativa ao poder hegemônico norte-americano, há que se resgatar a evolução da política externa desses atores.

4. Histórico das relações China-América Latina

Da fundação da “Nova China” até os anos 60

A fundação da República Popular da China, em 1949, foi resultado de muitas guerras e, fundamentalmente, pelo pensamento de Mao-Tsé Tung ³⁰ que orientou o povo chinês a lutar para construir o seu próprio destino.

Segundo XINSHENG e SHAOXIAN a vitória da revolução chinesa levou a uma reavaliação das forças políticas mundiais e influenciou ideologicamente os povos da África e da América Latina a lutarem também contra o imperialismo e o colonialismo.

Do período de 1949 a 1960, a China buscou o estabelecimento de relações diplomáticas com governos que respeitassem o princípio de igualdade, benefício mútuo e integralidade territorial. Por razões históricas, os países latino-americanos mantinham em geral relações diplomáticas com Taiwan.³¹ As relações da China continental com a América Latina começaram a se intensificar gradativamente através de contatos populares. Cuba foi o primeiro país na América Latina a manifestar o interesse em suspender relações diplomáticas com Taiwan, para então estabelecê-las

massa.” pp. 321.

²⁹ pp. 58.

³⁰ Líder do Partido Comunista chinês que promoveu a revolução chinesa contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo.

³¹ Como herança da guerra civil que culminou com a revolução de 1949, Taiwan hoje faz parte do sistema Capitalista. Por outro lado, o regime político da China continental é Socialista, cujo princípio é “um país, dos sistemas”, sendo Taiwan considerada como parte inseparável da República Popular da China .

com a China.³²

De acordo com XINSHENG e SHAOXIAN, o crescente interesse de diversos grupos latino-americanos e chineses levou a visitas recíprocas neste período que fortaleceram as relações de amizade³³.

Em relação à cooperação comercial, foram firmados nessa época os primeiros acordos comerciais com o Chile (1952) e México (1953).

Porém, para REISS a relação China-América Latina nessa época ainda era tímida devido à forte influência que Estados Unidos exerciam na região.

As relações China e América Latina de 1960 a 1970

Na visão de XINSHENG e SHAOXIAN, a ruptura das relações entre a China e a URSS, até então dois países aliados politicamente, trouxe dificuldades econômicas à China. No entanto, tal fato proporcionou à China a promoção de uma política exterior independente de Moscou.

No final da década de 60, as relações da China com grande parte dos países da América Latina sofreram dificuldades devido aos regimes militares que se estabeleciam na região, sob forte influência ideológica dos Estados Unidos. De certa forma, houve um retrocesso nas relações até meados da década de 70.

Nessa época, a América Latina passava por fortes transformações econômicas e um rápido crescimento derivado dos processos nacionalistas de industrialização que aceleraram a integração regional. Os governos do Peru e do Chile, por exemplo, deram ênfase às políticas democráticas. Neste contexto, as relações da América Latina com a China no final da década de 70 começavam a novamente avançar.³⁴

³² Cuba estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1960.

³³ Os autores destacam visitas de dirigentes latino-americanos de partidos comunistas, (Salvador Allende) intelectuais (Pablo Neruda) à China, bem como visitas à América Latina de dirigentes chineses da época, inclusive, o líder chinês Mao-Tsé Tung e Deng Xiaoping.

³⁴ Além de Cuba, a China já mantinha relações diplomáticas com a maioria dos países latino-americanos: Chile, Peru, México, Argentina, Guiana, Jamica, Trindad Tobago, Venezuela, Brasil, Suriname, Barbados, Equador e Colômbia.

A modernização chinesa até os dias atuais: a interdependência positiva

Em 1978, o líder chinês Deng Xiaoping estabeleceu uma nova estratégia diplomática para o desenvolvimento chinês, cuja base era a abertura de sua economia para o exterior³⁵.

Para XINSHENG e SHAOXIAN, nos anos 80, a política externa chinesa privilegiava a cooperação com os países em desenvolvimento. Em relação à América Latina, os autores citam que os fundamentos dessa relação eram: “a paz e amizade, apoio recíproco, igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento conjunto” .³⁶

Portanto, a visão chinesa vinha ao encontro dos interesses dos países latino-americanos que, apesar das diferenças políticas³⁷, podiam visualizar uma nova perspectiva econômico-comercial com a China, diante da grave crise econômica e de endividamento externo por que passava a região.

Após os ajustes estruturais dos anos 80 e as reformas liberalizantes, os países da América Latina fortaleceram seus laços políticos com a China.

Em 1990, o presidente chinês Yan Shangkun visitou o México, o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile, sendo esta a primeira visita de um chefe de Estado chinês aos países da América Latina. Tal visita originou o apoio político por parte destes países à China, principalmente em relação à questão de não interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos chineses, fato que ocorrera com frequência durante os protestos estudantis na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), em 1989.

De acordo com REISS, o aspecto econômico da relação China - América Latina também esteve em destaque: “ A major strategy concerning Chinese behaviour towards Latin America in the 1990s has been the emphasis of common interests and complementary economies”.³⁸

³⁵ Essa estratégia previa também as quatro modernizações: indústria, agricultura, forças armadas e tecnologia.

³⁶ pp. 237.

³⁷ A China até hoje tem um único partido político, enquanto que nos anos 80 a América Latina passava pelo processo de redemocratização e o fim dos regimes militares.

³⁸ pp. 49.

Nesse período, tanto a China quanto a América Latina buscavam a modernização e o desenvolvimento de suas economias. Dados mostram que as relações comerciais entre China e América Latina se intensificaram sensivelmente, principalmente com o Peru, Venezuela, México e Brasil.³⁹

Além disso, REISS reitera que no âmbito diplomático o foco era “... calling for the establishment of diplomatic relations with countries that do not have such ties with China without attaching the economic co-operation to political or ideological prerequisites”.⁴⁰

Em 1995, ocorre a visita do presidente chinês, Li Peng à América Latina⁴¹, fortalecendo ainda mais as relações sino-latino americanas.

XINSHENG e SHAOXIAN ressaltam que tal visita estabeleceu cinco princípios:

- 1) consolidar as relações políticas, aumentar o conhecimento e credibilidade comuns;
- 2) explorar novos interesses e avançar a cooperação econômica e comercial, a fim de ressalvar as lacunas que impedem o desenvolvimento da China e da América Latina;
- 3) estimular o contato cultural;
- 4) “... realizar consultas freqüentes e aumentar o apoio recíproco nos assuntos internacionais para defender, de comum acordo, os interesses do mundo em desenvolvimento, promovendo o estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional de paz, estabilidade, justiça e racionalidade;”⁴²
- 5) desenvolver a relações de amizade baseadas na coexistência pacífica.

Evidencia-se assim, o interesse concreto chinês na América Latina, essencialmente, no que se refere ao quarto princípio que foi também salientado em 2001, por ocasião da visita do presidente

³⁹ Dados preliminares (2003) do Ministério do Desenvolvimento e Comércio destacam a China como o segundo parceiro comercial do Brasil, superando inclusive países da União Européia.

⁴⁰ pp. 50.

⁴¹ México, Peru e Cuba.

chinês Jiang Zemin à América Latina.

Zemin declarou que diante dos desafios do sistema internacional - que ainda não consolidou a multipolaridade - e, em função do processo de globalização financeira, o mundo tem passado por profundas transformações. E, por isso, os países em desenvolvimento deveriam consolidar sua unidade, intensificando a cooperação Sul-Sul, ampliando sua participação nos fóruns internacionais e deveriam principalmente maximizar seus esforços para alcançar o desenvolvimento.⁴³

Assim sendo, visualizamos uma trajetória ascendente na relação entre China-América Latina , pois estes atores têm convergido em diversas questões, tanto em termos políticos como econômicos, refletindo um jogo de soma positiva.⁴⁴

REISS reitera que: “ China’s diplomatic objectives for the twenty-first century with regard to Latin America aim at more participation in global affairs, support in autonomy and independence and struggle against hegemony.”⁴⁵

Portanto, a construção desta parceria poderia sinalizar a possibilidade de um “plus” de poder, bem como uma maior inserção desses povos no sistema internacional.

5. Considerações finais

Na história das relações entre os Estados Unidos e a América Latina evidenciam-se grandes assimetrias e, sem dúvida, constata-se a ausência de uma identidade nacional latino-americana capaz de formar no hemisfério ocidental uma só voz.

As relações entre a América Latina e a China também apresentam obstáculos tais como: a distância geográfica, as diferentes culturas, os sistemas políticos e econômicos, as estruturas sociais,

⁴² pp. 239.

⁴³ Segundo REISS, a China considera a América Latina uma região estratégica devido aos seguintes aspectos: o Brasil, enquanto parceiro estratégico e um ator de poder regional; o México e países do Caribe que por sua posição geográfica podem abrir caminho para o mercado norte-americano; e Chile, Peru e México que como a China fazem parte da APEC (Asean-Pacific Economic Cooperation).

⁴⁴ Para REISS “ ... Chinese leaders underline the fact that China belongs to the same category of nations as Latin American countries, without occupying a leader status. However, this does not mean that China has a specific policy to reach Latin American countries. This policy is directed to all countries which still do not have an equal share in the global economy and which suffer from a lack of opportunities to impose their will on the international community”. pp. 64 .

⁴⁵ pp. 61.

etc.

Entretanto, a China e a América Latina fazem parte do mundo em desenvolvimento, tiveram em sua história experiências de exploração e opressão pelo colonialismo e imperialismo e enfrentam hoje o desafio comum de estabelecer uma maior inserção nas questões que permeiam a agenda internacional. Quanto ao aspecto econômico, há o pragmatismo de ambas as partes, mas há também o espaço para promover uma cooperação baseada em princípios comuns. Do lado chinês, há o interesse em cooperações estratégicas (políticas, econômicas e científicas) com diversos países latino-americanos e estas já foram estabelecidas, inclusive, com o Brasil e o México. Do lado latino-americano, há também o interesse crescente pela China, enquanto país em desenvolvimento que mais cresce economicamente no mundo e também o maior mercado mundial.

Portanto, seria a China uma alternativa para a América Latina em relação à hegemonia dos Estados Unidos na região? Não há resposta até o momento para esta questão. Há muito que se construir nessa relação e somente a evolução da histórica desses atores trará tal resposta. É evidente que o “deficit de poder” da América Latina em relação aos Estados Unidos, o subdesenvolvimento regional, bem com sua dependência secular em relação aos norte-americanos não terminará em poucas décadas.

Entretanto, a alternativa para a América Latina em relação à hegemonia dos Estados Unidos poderia ser construída através de uma dinâmica onde os Estados-Nação da região sejam articuladores de políticas que busquem uma maior inserção no sistema internacional através da via negociadora com novos atores internacionais.

Para tanto, há que se construir um pacto de integração regional, através do qual a América Latina possa agregar novos parceiros a sua história que possam contribuir para um novo ciclo de desenvolvimento através do comércio exterior e dos fluxos de investimentos internacionais. Os desafios nas condições sócio-econômicas dos países da região são vultosos e não se trata, portanto, de uma questão de aliar-se politicamente aos Estados Unidos ou à China. A América Latina necessita agregar todos os parceiros possíveis que propiciem a construção de parcerias que

viabilizem o desenvolvimento econômico região.

A opção de uma parceria com a China para a América Latina é concreta e, certamente, a região poderá aprender muito com este estado que cresce economicamente a taxas emblemáticas, enquanto o resto do mundo caminha para a recessão. Além disso, a China tem adotado uma atitude política capaz de dizer “ não” a interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos daquele país, ao passo que muitas vezes a América Latina resignou-se a aceitar a intervenção norte-americana.

Assim sendo, a América Latina isolada certamente não terá uma voz pró-ativa nos fóruns internacionais. Entretanto, aliada a novos parceiros mais fortes, como a China, talvez possa então visualizar um século XXI onde a arquitetura de poder seja multipolar e mais justa, trazendo assim, benefícios aos povos latinos e chineses, bem como aos demais países em desenvolvimento.

6. Bibliografia

AYERBE, Luis. *Estados Unidos – América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro, 1996.

ESCUDE, Carlos. *El realismo de los Estados débiles*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.

GILPIN, Robert. *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GUIMARÃES, Lytton. *A Ásia Contemporânea e sua inserção internacional*. In GUIMARÃES, Lytton (org.) *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: Neásia/Ceam/Unb, 2003.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. “A nova era da política mundial”. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio: Objetiva, 1997.

OLIVA, Carlos. *Estados Unidos-América Latina y el Caribe: entre el Panamericanismo hegemónico y la integración independiente*. In CRISORIO, Carolina. et. al. *Historia y Perspectiva de la Integración Latinoamericana*. Morelia: AUNA - Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo. Mexico, 2000.

PETRAS, James. *Império e Políticas Revolucionárias na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2002.

POPE ATKINS, George. *América Latina en el Sistema Político Internacional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

PROJECT ON THE NEW AMERICAN CENTURY (<http://www.newamericancentury.org/>)

REISS, Stefanie. *Discovery of the Terra Incognita: Five Decades of Chinese Foreign Policy towards Latin America*. Institute of Political Science, University of Mainz, Germany, October 2000.

SÁNCHEZ, Maximiliano. *Argentina: de la revolución imposible a las microrrevoluciones posibles*. Argentina. Mimeo, 2002.

SCHOULTZ, Lars . *Estados Unidos: poder e submissão*. São Paulo: Edusc, 2000.

XINSHENG, Zhang ; SHAOXIAN, Li. *O novo clima de cooperação entre a China e a América Latina*. In GUIMARÃES, Lytton (org.) *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: Neásia/Ceam/Unb, 2003.